



**ENAN
PUR** 2023
Belém 22 a 26 de maio



Insurgências no Campo: O MST e a Luta pela Reforma Agrária em São Paulo

ROSA, Elaine Ferreira
UFF ABC

OLIVEIRA, Ana Claudia Lopes Chagas
Estácio

Sessão Temática 08: Movimentos sociais e a construção do urbano contemporâneo

Resumo: O presente trabalho foi organizado em três partes, onde se propõem debater os aspectos que abordam, os movimentos sociais contemporâneos, trazendo em sua primeira parte introdutória, o processo de concentração de terras no Brasil e mais especificamente no Estado de São Paulo; na segunda, consiste na análise da relação entre o aumento do latifúndio e a luta pela terra, contando sobre o surgimento formal do MST em 1984, passando a ser um fator importante para compreender a territorialização das dinâmicas de ocupação e resistência como instrumentos da reforma agrária; por fim, analisando o assentamento Egídio Brunetto, na cidade de Lagoinha, localizado no Vale do Paraíba, Estado de São Paulo, ocupado e coordenado pelo MST, para pensar práticas insurgentes que dialogam, por meio da agroecologia, com formas alternativas de soberania, autogestão, segurança alimentar e a relação campo-cidade dissociada da dicotomia do território subdesenvolvido/desenvolvido; trazendo também algumas conclusões tão inclusas quanto os tempos atuais em razão da crise decorrente da pandemia da covid-19, cujo a forma de morar e ocupar o campo pode mais uma vez ser uma ameaça ao próprio projeto de reforma agrária, talvez não somente pelo latifúndio, mas também pelo mercado imobiliário.

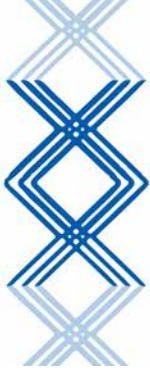
Palavras-chave: Insurgências; Movimentos sociais; Autogestão; Direito à moradia.

Insurgencies in the Countryside: The MST and the Struggle for Agrarian Reform in São Paulo

Abstract: The present work was organized in three parts, where the aspects that address, the contemporaneous social movements, bringing in its first introductory part, the process of land concentration in Brazil and more specifically in the State of São Paulo are proposed; in the second, it consists in the analysis of the relationship between the increase in latifúndio and the struggle for land, telling about the formal emergence of the MST in 1984, and is an important factor for understand the territorialization of the dynamics of occupation and resistance as instruments of agrarian reform; finally, analyzing the Egidio Brunetto settlement, in the city of Lagoinha, located in the Paraíba Valley, State of São Paulo, occupied and coordinated by the MST, to think about insurgent practices that dialogue, through agroecology, with alternative forms of sovereignty, self-management, food security and the field-city relationship dissociated from the dichotomy of underdeveloped/developed territory; also bringing some conclusions as included as the current times due to the crisis resulting from the pandemic of covid-19, whose way of living and occupying the countryside can once again be a threat to the agrarian reform project itself, perhaps not only by the landowner, but also by the real estate market.

Keywords: Insurgencies; Social movements; Self-management; Right to housing.

Insurgencias en el Campo: El MST y la Lucha por la



**ENAN
PUR** 2023
Belém 22 a 26 de maio



Reforma Agraria en São Paulo

Resumen: El presente trabajo fue organizado en tres partes, donde se proponen los aspectos que abordan, los movimientos sociales contemporáneos, trayendo en su primera parte introductoria, el proceso de concentración de la tierra en Brasil y más específicamente en el Estado de São Paulo; en el segundo, consiste en el análisis de la relación entre el aumento del latifundio y la lucha por la tierra, relatando el surgimiento formal del MST en 1984, instrumentos de reforma agraria; finalmente, analizando el asentamiento Egidio Brunetto, en la ciudad de Lagoinha, ubicada en el Valle de Paraíba, Estado de São Paulo, ocupada y coordinada por el MST, para pensar prácticas insurgentes que dialoguen, a través de la agroecología, con formas alternativas de soberanía, autogestión, seguridad alimentaria y la relación campo-ciudad disociadas de la dicotomía territorio subdesarrollado/desarrollado; También traen algunas conclusiones tan incluidas como los tiempos actuales debido a la crisis derivada de la pandemia de COVID-19, cuya forma de vivir y ocupar el campo puede volver a ser una amenaza para el propio proyecto de reforma agraria, quizás no solo por parte del terrateniente, sino también por el mercado inmobiliario.

Palabras Clave: Insurgencias; Movimientos sociales; Autogestión; Derecho a la vivienda.

1 INTRODUÇÃO

Esse artigo nasce fruto de uma disciplina “urbanização e insurgência”, de pós graduação da Universidade Federal do ABC do Curso de Planejamento e Gestão do Território, ministrada online pelos professores Francisco Comaru e Ricardo Moreti, no segundo quadri de 2021 em meio a pandemia do coronavírus, com a necessidade de estudar a insurgência no campo e na cidade. Foi por meio da disciplina que buscamos o contato com o MST, e em especial com o assentamento Eugídio Brunetto, para relatar o processo de acesso e manutenção na terra por meio do cultivo da luta e modo de vida no campo.

O processo de apropriação e controle da terra pelo poder econômico e elite conservadora local são fenômenos que remontam ao período colonial e escravocrata brasileiro. Se por um lado estas dinâmicas causaram raízes profundas de desigualdade no acesso a terra, com o surgimento de uma massa de deslocados internos em busca de territorialização, também foram propulsoras para o surgimento, consolidação e fortalecimento de movimentos sociais que transformam esta violação em processos de disputa e resistência no campo e na cidade.

Estudos urbanos demonstram que o processo de industrialização do país, a partir da década de 1950, produziu um forte fluxo migratório de pessoas advindas do campo para as metrópoles, especialmente para a metrópole da capital paulista, servindo como uma futura reserva de mão-de-obra para a indústria pesada.

Por outro lado, no campo, esta industrialização trouxe a mecanização e modernização agrícola, o controle dos territórios para a expansão das fronteiras do agronegócio e a abertura global do mercado de *commodities*, o que ocasionou não só a expulsão violenta de famílias camponesas, mas também a monocultura (deserto verde), como um enorme processo desencadeador da concentração fundiária (latifúndio) e empobrecimento das famílias de pequenos produtores e produtoras que utilizam da diversidade da lavoura como fonte de renda e modo de vida no campo.

Neste contexto, como resultado de um modelo de desenvolvimento rural-agrícola adotado pelos latifundiários e pelo mercado, esta lógica nos conduziu a um violento processo de concentração da terra rural, gerando na outra ponta, reação a este modelo, o fortalecimento da luta pela terra pelos movimentos sociais.

O surgimento do Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST está conectado à gênese dos conflitos pela terra no Brasil, que neste curto período de apenas cinco séculos de história foram marcados por um processo de resistência e conflitos pela terra. Desde as capitânicas hereditárias, as sesmarias e a lei de terras de 1850, a terra foi sendo concentrada nas mãos de poucos ao mesmo tempo em que deserdou outros milhões de brasileiros. O MST faz parte desta herança histórica da luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil, dando sequência a tantos outros movimentos de resistência popular, como as ligas camponesas, o movimento de Canudos e a luta dos quilombos.

O presente trabalho foi organizado em três partes, onde se propõem debater os aspectos que abordam, os movimentos sociais contemporâneos, trazendo em sua primeira parte introdutória, o processo de concentração de terras no Brasil e mais especificamente no Estado de São Paulo; na segunda, consiste na análise da relação entre o aumento do latifúndio e a luta pela terra, contando sobre o surgimento formal do MST em 1984, passando a ser um fator importante para compreender a territorialização das dinâmicas de ocupação e resistência como instrumentos da reforma agrária; por fim, analisando o assentamento Eugídio Brunetto, na cidade de Lagoinha, localizado no Vale do Paraíba, Estado de São

Paulo, ocupado e coordenado pelo MST, para pensar práticas insurgentes que dialogam, por meio da agroecologia, com formas alternativas de soberania, autogestão, segurança alimentar e a relação campo-cidade dissociada da dicotomia do território subdesenvolvido/desenvolvido; trazendo também algumas conclusões tão inclusas quanto os tempos atuais em razão da crise decorrente da pandemia da covid-19, cujo a forma de morar e ocupar o campo pode mais uma vez ser uma ameaça ao próprio projeto de reforma agrária, talvez não somente pelo latifúndio, mas também pelo mercado imobiliário.

2 BREVE ANÁLISE DA CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA NO BRASIL E NO ESTADO DE SÃO PAULO

Para alguns historiadores, a família - e não o Estado ou o mercado é desde o século XVI o fator colonizador no Brasil, desde a ocupação das unidades produtivas, o capital que desbrava o solo e instala as fazendas, a escravização indígena e a compra de negros, bois e ferramentas, que, se transformando em força social que se desdobra em política, se constitui na aristocracia colonial mais poderosa da América.

O país consolida sua formação econômico-social sob um modelo de produção escravista- agrário-mercantil, por 338 anos (1550 a 1888), segundo Freyre 2006, mas que posteriormente se desenvolve por meio da concentração fundiária e exploração da força de trabalho, estratificando socialmente o povo do campo e da cidade.

A agricultura tradicional baseada na pequena propriedade familiar, com métodos próprios e ligados à ancestralidade, rapidamente cedeu espaço para modificações nas bases de produção, com a introdução de máquinas, equipamentos e insumos como forma de se alcançar uma agricultura capitalista que privilegiou a monocultura e o latifúndio (CARVALHO, 2011). Este processo de rápido desenvolvimento social e econômico que se deu na chamada fase de industrialização, não passou imune aos impactos negativos no campo e na cidade, especialmente entre 1930 e 1970 – entremeados por ditaduras, onde o país, paradoxalmente viveu um crescimento econômico vertiginoso combinado com altas taxas de exclusão social. (BRANDÃO, 2012 apud MAGAMI; SOUZA; LIMA, 2021, p. 97).

O governo militar (1964-1985) teve um papel importante no processo de fortalecimento do modelo segregacionista e excludente que avançava pelo sistema agropecuário brasileiro, concomitante à promulgação do Estatuto da Terra (Lei nº 4504/64), pelo General Presidente Humberto Castelo Branco, ampliando o favorecimento ao latifúndio e a repressão aos movimentos e trabalhadores rurais do campo como forma de exterminar a organização da luta pela terra.

Enquanto no período de 1965 até 1981 foram realizados, em média, oito decretos de desapropriação por ano, o fomento pela ocupação de regiões elencadas como estratégicas pelo Estatuto da Terra - como o Plano de Valorização da Amazônia, orientou a política agrária do Estado por meio do benefício fiscal de vários grandes grupos empresariais que adquiriram nas regiões Centro-Oeste e Norte, imensas áreas de terra para projetos de colonização e agropecuário (FERNANDES, 1999).

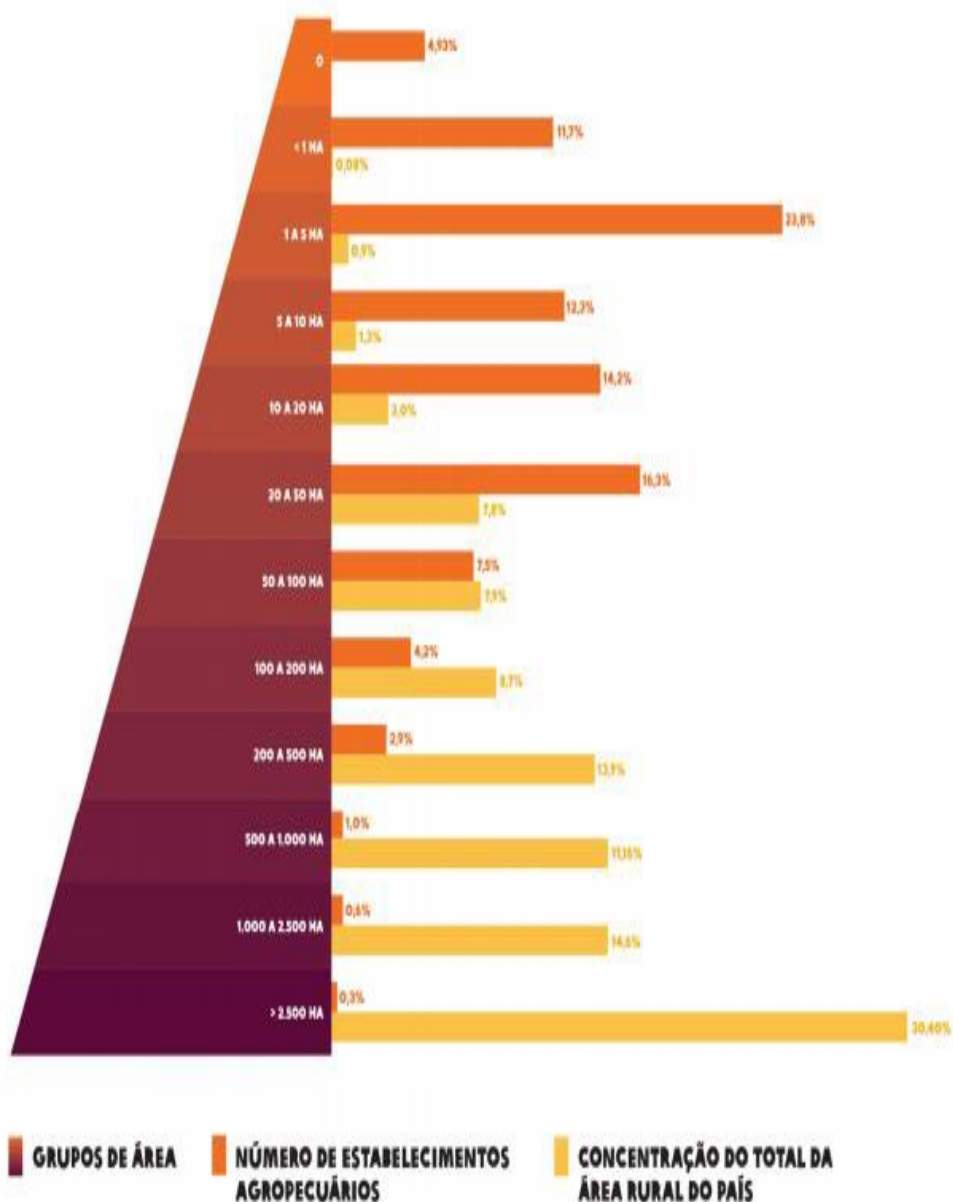
A lógica de manter uma política agrária de apoio ao modelo de concentração fundiária e empresarial, assim como a não utilização do Estatuto da Terra para a modificação do regime sobre a sua propriedade, pode ser conjugada com a necessidade da criação de uma reserva de mão de obra para sustentar, no mesmo período, o fluxo migratório de pessoas do campo-cidade para dar conta do processo

de industrialização com baixos salários. Para o autor Carvalho (2011):

Quanto mais se avançava na consolidação da industrialização nacional, mais se aprofundava a “industrialização do campo”, com a constituição de segmentos voltados exclusivamente para o setor agrícola, expressa notadamente pela política de crédito rural para dinamizar o setor agroexportador. O crédito rural foi um instrumento fundamental para a montagem e consolidação de uma agricultura moderna e capitalista (CARVALHO, 2011, p. 3).

Segundo estudos da OXFAM, no Brasil, 45% da área rural está nas mãos de menos de 1% das propriedades. O gráfico abaixo demonstra que poucos grupos concentram a maior parte das terras:

Gráfico 1: Concentração de terras em mãos de poucos

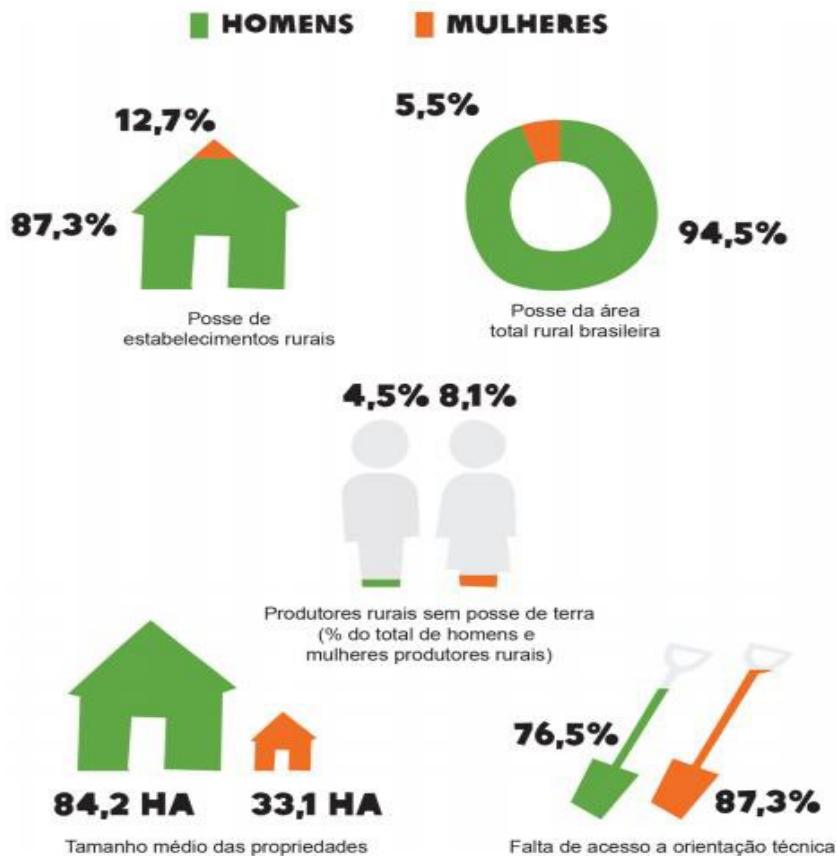


Fonte: OXFAM (2016).

Para o referido estudo, o desenvolvimento local e a superação da pobreza no Brasil estão associados, entre outros fatores, à distribuição de terras e de recursos agrícolas. Altos índices de concentração fundiária trazem graves consequências para o desenvolvimento, em especial no âmbito municipal.

Essa consequência da injustiça da forma de distribuição da terra reforça diversas outras desigualdades, como a desigualdade de gênero, incentivos fiscais e endividamento, como mostra os gráficos abaixo, respectivamente, do estudo Terrenos das Desigualdades: terra, agricultura e desigualdades no Brasil Rural:

Imagem 1: Terras e gênero do Brasil



Fonte: OXFAM (2016).

Embora o estudo citado tenha feito diversas recomendações como forma de superação das desigualdades na área rural, a conjuntura advinda após 2015, com o golpe promovido pela ultradireita brasileira para chegar ao Governo Federal, demonstra um agravamento da situação. Segundo a OXFAM:

O Executivo Federal editou a Medida Provisória nº 733, em 15 de junho de 2016 (aprovada no Senado em 20 de agosto de 2016), concedendo mais uma facilidade. A MP permite que produtores rurais inscritos em Dívida Ativa da União e com débitos originários das operações da securitização e do Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA)²³ liquidem o saldo devedor com bônus entre 60% a 95%, dependendo do valor da dívida. Por 19 exemplo, dívidas acima de R\$ 1 milhão devem ter descontos de 65%. As

regras da MP também preveem a suspensão do ajuizamento e do prosseguimento das execuções fiscais em andamento até o final de 2017. (OXFAM, 2016).

Segundo a OXFAM (2016) ao analisar o Censo Agrário de 2017, é possível verificar um crescimento considerável dos estabelecimentos agrários com mais de 1000 ha, o que caracteriza uma continuidade do processo de concentração fundiária. Enquanto no Censo de 2006 haviam 47 578 estabelecimentos rurais, com um total de 150 143 096 ha, em 2017 esse número sobe para 51 203 estabelecimentos, com cobertura de uma área total de 167 227 511 ha:

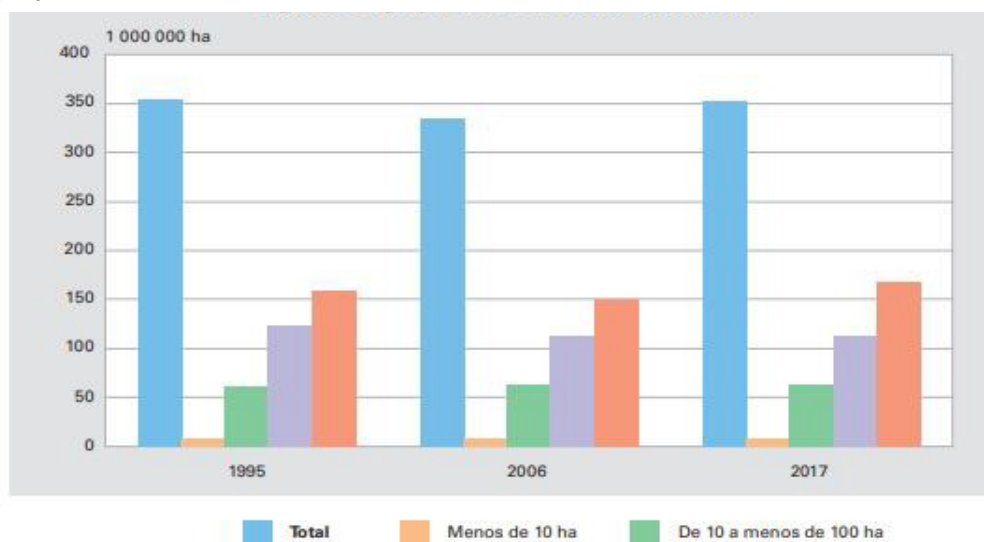
Tabela 2: Área dos estabelecimentos agropecuários, segundo grupo de área – Brasil

Grupos de área	Censos Agropecuários			
	2006		2017	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Total	5 175 636	333 680 037	5 073 324	351 289 816
Menos de 10 ha	2 477 151	7 798 777	2 543 681	7 993 969
De 10 a menos de 100 ha	1 971 600	62 893 979	1 980 684	63 810 646
De 100 a menos de 1 000 ha	424 288	112 844 186	420 719	112 257 692
De 1 000 ha e mais	47 578	150 143 096	51 203	167 227 511
Produtor sem área	255 019	..	77 037	..

(2006/2017).

Fonte: IBGE, CENSOS AGROPECUÁRIOS 2006/2017.

Gráfico 2: Distribuição das áreas dos estabelecimentos agropecuários, segundo os grupos de área – Brasil – 1995/2017.



Fonte: OXFAM (2016).

No Estado de São Paulo, segundo Cano (2007, apud CARVALHO, 2011) houve uma enorme expansão urbana, demográfica e imigratória, tendo a agricultura, cumprido sua “função clássica” de gerar excedentes de alimentos e matérias-primas que eram reclamados pela expansão urbana em São Paulo. Com sua forte indústria

e diversificação de sua agricultura, tornou-se um caso emblemático para se demonstrar que o avanço do capitalismo na agricultura se deu no modelo de concentração fundiária. (CARVALHO, 2011).

O Censo Agropecuário de 2006, demonstra que nos estratos inferiores a 20 hectares no Estado de São Paulo, concentram-se 57% do total de estabelecimentos, responsáveis por 35% de todo o pessoal ocupado na agropecuária, em 6% da área total. Em sentido contrário, os estabelecimentos agropecuários acima de 1000 hectares representam apenas 1% do total, mas ocupam 36% de toda a área. (CARVALHO, 2011).

Estudos do IBGE do censo agropecuário de 2017 apontam que a estrutura fundiária brasileira ainda apresenta um alto grau de concentração, que se manteve, praticamente, inalterado entre 1985 e 2006, e cresceu no último levantamento. Segundo o Censo Agropecuário 2017, o índice de Gini – indicador da desigualdade no campo – registrou 0,867 pontos, patamar mais elevado em relação aos dados verificados nas pesquisas anteriores: 0,854 (2006), 0,856 (1995-1996) e 0,857 (1985). Os maiores aumentos ocorreram nos Estados de Roraima (18,7%), Distrito Federal (5,1%) e *São Paulo* (3,1%). Por outro lado, a desigualdade diminuiu nos Estados do Rio Grande do Sul (4,9%), Pernambuco (3,6%) e Ceará (2,0%).

Todo esse processo reforça a lógica de um modelo de cidadania que se caracteriza pela sobrevivência de seu regime de privilégios legalizados e desigualdades legitimadas. A cidadania diferenciada que considera que o que os outros merecem é a lei, não no sentido da lei como direitos, mas como desvantagem e humilhação. (HOLSTON, 2013) também contribuiu para que todo esse processo não tenha se dado de forma pacífica, o que contribuiu na verdade pelo fortalecimento dos movimentos sociais, em especial da luta pela terra.

2.1 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a luta pela reforma agrária no Estado de São Paulo

As aproximações das autoras com o objeto proposto neste projeto ocorreu após o estudo da disciplina *Urbanização Insurgente*, conforme apontado na introdução deste documento, que promoveu a pesquisa documental e escuta com os assentados da coordenação do MST constatando que o movimento está organizado em 10 regionais em todo o Estado de São Paulo segundo informação da Coordenação do MST. A luta do MST no Estado começou na região do Pontal do Paranapanema e em seguida se espalhou por todo o Estado de São Paulo. No total, são cerca de 15 mil famílias assentadas que conquistaram a terra por meio da luta e da organização, nas regionais do Vale do Paraíba, Campinas, Grande São Paulo, Sorocaba, Promissão, Iaras, Pontal do Paranapanema, Ribeirão Preto, Sudoeste - Itapeva e Andradina. Nos dias de hoje conta com cinco acampamentos nas Regionais de (Campinas, Grande São Paulo, Iaras).

Desde a fundação (1984), o Movimento Sem Terra, em nível nacional, se organiza em torno de três objetivos principais: Lutar pela terra; Lutar por Reforma Agrária Popular; Lutar por uma sociedade mais justa e fraterna. Estes objetivos estão manifestos nos documentos que orientam a ação política do MST, definidos em seu Congresso Nacional e no Programa de Reforma Agrária.

As famílias assentadas e acampadas organizam-se numa estrutura participativa e democrática para tomar as decisões no MST. Nos assentamentos e acampamentos, as famílias organizam-se em núcleos que discutem as necessidades de cada área. Nesses núcleos, são escolhidos os coordenadores e as coordenadoras do assentamento ou do acampamento. (MST, 2022).

Além disso, lutar por uma sociedade mais justa e fraterna significa que os trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra apoiam e se envolvem nas iniciativas que buscam solucionar os graves problemas estruturais e históricos do país, como a desigualdade social e de renda, a discriminação de etnia e gênero, a concentração da comunicação, a exploração do trabalhador urbano, etc.

O MST defende que solução para estes problemas só será possível por meio de um Projeto Popular para o Brasil - fruto da organização e mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras, democratizando o acesso a terra e produzindo alimentos. Por isso, o MST participa também de articulações e organizações que buscam transformar a realidade e garantir estes direitos sociais. Nacionalmente, participa do Fórum Nacional da Reforma Agrária, da Coordenação dos Movimentos Sociais e de campanhas permanentes ou conjunturais. Internacionalmente, são parte da Via Campesina, que congrega os movimentos sociais do campo dos cinco continentes.

O Movimento possui também uma ampla articulação com as lutas urbanas, neste período de pandemia já distribuiu dezenas de toneladas de alimentos nas periferias das cidades e para população em situação de rua, fortalecendo os princípios de autogestão e ajuda mútua presentes desde a fundação do MST.

Neste sentido, segundo Rosa (2012), o primeiro pressuposto de toda a história, para Marx, é a reprodução da existência física dos indivíduos, o que só é possível para os homens através da produção dos seus meios de vida e, conseqüentemente, da sua própria vida material. Assim, a base real da história é a própria atividade vital dos homens, isto é, o trabalho, a indústria, o intercâmbio material entre o homem e a natureza. Nas palavras de Marx (2007), “o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condição de viver para poder ‘fazer história’”. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais.

O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, como há milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos. (...) A primeira coisa, portanto, em qualquer concepção histórica, é observar este fato fundamental em toda sua significação e em toda sua extensão e render-lhe toda justiça” (MARX, 2007, p. 39-40).

O uso da palavra autogestão para designar uma experiência concreta é relativamente recente. Ela passou a ser empregada na França no início da década de 60, para designar a experiência política/econômica/social da Iugoslávia, em ruptura com o stalinismo soviético (Guillerm e Bourdet, 1976). É um termo que apesar de ser difundido como um dos modismos adotados no final da modernidade e início da pós-modernidade, tem suas fontes enraizadas na história da humanidade, sobretudo na ação e no pensamento revolucionário do proletariado.

Os Movimentos de moradia em São Paulo, no início dos anos 1990, passaram a denominar de autogestão como a construção de moradias em regime de mutirão inspirados nas Cooperativas Uruguaias. (ROSA, 2012). A partir dos processos de ajuda mútua os mutirantes, organizados em associações geriam os recursos da produção dos conjuntos habitacionais, discutiam e deliberavam sobre o projeto e ainda construam as suas moradias e regime de mutirão nos finais de semana, a todos este processo que envolvia por vezes centenas de pessoas, eram denominados produção social da moradia por autogestão.

A aplicação pouco cuidadosa do termo autogestão faz com que ele ganhe a

mesma conotação de participação ou outras formas de gestão nas quais há uma assimilação e um engajamento do trabalhador aos interesses do gestor ou da classe social que ele representa. Justamente porque a vulgarização do termo estabelece certa confusão conceitual entre distintas concepções, é necessário afirmar que autogestão é radicalmente diferente de participação tanto em sua gênese quanto em sua teleologia.

A autogestão dos trabalhadores é um tema político recorrente ao longo da história do capitalismo. Foi teorizado e praticado por anarquistas e comunistas, como antecipação da organização futura dos trabalhadores em uma sociedade livre, na qual existiria uma forma avançada de autogoverno, sem a figura do Estado.

A ideia de que a autogestão, antes de ser uma forma de comando, seja uma forma de organização que une intrinsecamente pensamento, produção e ação, está explícito tanto nos escritos anarquistas como nos de Marx. Na organização da produção, a autogestão esteve quase sempre associada à forma cooperativa. Observada a década de 60 em vários cantos do planeta explodiram movimentos que, ao questionarem a ordem vigente deram origem a grupos que começaram a colocar em prática uma vivência cotidiana, compartilhada na vida comunitária. A política autogestionada não é capaz de sozinha resolver o problema habitacional e nem é mesmo preconizada como sendo a melhor solução. A gestão experimentada nesses movimentos tanto no urbano quanto no rural demonstram que a população organizada e com financiamento público conseguem gerir e programar políticas públicas promovendo transformações emancipatórias e contra hegemônicas em diversos territórios insurgentes.

2.2 Ocupar, resistir e produzir: uma prática insurgente pela análise do assentamento Egídio Brunetto, na cidade de Lagoinha, no Vale do Paraíba/SP

O Assentamento Agroecológico Egídio Brunetto, localizado na cidade de Lagoinha, Vale do Paraíba/SP, além de ser um resultado do processo de luta pela terra exercido pelo MST, também faz parte de um movimento chamado de migração de retorno cidade-campo, onde o próprio perfil das famílias demonstra um novo engajamento na luta não só pela reforma urbana, mas também pela agroecologia como forma de garantia de renda, soberania e segurança alimentar e proteção ao meio ambiente.

Para operacionalizar o estudo em tempos de pandemia, onde a visita de campo ficou prejudicada, esta análise feita mediante uma disciplina na Universidade Federal do ABC, no curso de pós-graduação urbanização insurgente no ano de 2021. Utilizou o procedimento de consulta documental, reunião e seminário realizado com representante da Coordenação Estadual do MST e de militante/assentada do assentamento Egídio Brunetto.

Segundo informações do MST, a Fazenda Bela Vista é reivindicada pelo MST desde 2010 por ser um latifúndio improdutivo, com 1650 hectares. A área foi vistoriada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) e decretada para Reforma Agrária em 2012. Em 2014 a área foi arrecadada, mas por uma manobra judicial contra o MST, orquestrada pelo antigo proprietário, no mesmo ano as famílias foram expulsas da fazenda. (MST, 2022).

Naquele momento, o argumento usado contra o MST era que o Incra não tinha a licença ambiental estadual, necessária para a implantação do assentamento e que era emitida pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB). O documento favorável à criação do assentamento foi emitido em dezembro de 2016 e por cerca de um ano ficou engavetado na superintendência do órgão em São Paulo.

Como resistência contra essa decisão que favorecia o latifúndio, o MST montou acampamento novamente na estrada em frente à área em novembro de 2015. Já em outubro de 2017, as famílias ocuparam a fazenda, dividindo os lotes e iniciando a produção agroecológica por conta própria, em um ato de rebeldia. Após essa ocupação, o proprietário ainda pediu mais uma vez o despejo das famílias, que seguiram resistindo dentro da fazenda, mesmo sob ameaças de jagunços e iminência de despejo a qualquer momento.

No mês de fevereiro de 2018, o MST e forças aliadas realizaram na sede da fazenda a 1ª Semana de Agroecologia do Vale do Paraíba, que reuniu cerca de 100 pessoas. A posse efetiva do assentamento se deu no dia 17 de abril de 2018 - dia internacional de lutas camponesas, após oito anos de muita resistência.

Imagem 2: Luta pela terra



Fonte: MST (2022).

A partir do assentamento, o movimento criou a proposta de estabelecer no território a Escola Popular de Agroecologia, onde homenageia Ana Primavesi, agrônoma e pioneira da agroecologia no Brasil, falecida em 5 de janeiro de 2020, aos 99 anos.

O assentamento, por meio da Escola Popular, tem como missão capacitar e dar suporte técnico às famílias moradoras do assentamento e também da região ao entorno. Dentre as primeiras atividades realizadas estão à recuperação da mata ciliar na fazenda, historicamente devastada pela monocultura e pelo gado, e a coleta de sementes florestais. O objetivo é formar um lote grande de sementes para abastecer os sistemas agroflorestais do pré-assentamento e repassar excedentes para projetos de restauração ecológica na região do Vale do Paraíba.

Imagem 3 – Reunião de coordenação dos assentados



Fonte: MST (2022).

Outra atividade importante tem sido a participação do acampamento na feira livre realizada uma vez por mês, no município de Lagoinha.

Como resistência ao modelo de concentração fundiária e ao avanço do capital sobre as narrativas de sustentabilidade socioambiental, que hegemonizaram políticas de condução à privatização do meio ambiente e limitação do acesso à diversidade e segurança alimentar, práticas insurgentes como estas do MST no assentamento Egídio Brunetto demonstram que é possível alternativa para o mundo.

3 CONCLUSÃO

O presente trabalho trouxe uma breve reflexão sobre a criminoso forma de acesso à terra no país, com a demonstração de uma lógica estrutural e institucional de concentração fundiária e dos latifúndios, que se constituiu sob a marca da violência, da escravidão, da pistolagem e da exploração dos mais pobres.

Ao mesmo tempo em que a elite conservadora local aliadas do estado e do mercado, atuaram para viabilizar e ampliar a concentração da terra e o controle da força de trabalho e os meios de produção, na mesma medida em que a resistência e a luta dos excluídos também se mostraram presentes em diversos momentos da história.

O MST surge e consolida entre 1979 a 1985, e se territorializa de 1985 até os dias de hoje como o maior movimento social do país e um dos maiores do mundo. A gênese do Movimento ultrapassa a luta das centenas de acampamentos e assentamentos espalhados pelo país, sendo esta somente a primeira etapa de uma mobilização em torno da organização para a realização de uma Reforma Agrária de baixo para cima, popular e a partir dos excluídos da terra.

No feixe de lutas pela reforma agrária o MST incorpora diversas outras, como a agroecologia, defesa do comércio justo, a defesa do meio ambiente, (neste

momento o movimento está plantando em todo país, mais de 1 milhão de árvores), o tema da agricultura orgânica e dos alimentos saudáveis, sem agrotóxicos, a educação popular e qualificação de seus jovens em diversas áreas. Neste momento da pandemia, a solidariedade do MST se estendeu por centenas de cidades pelo país, distribuindo marmitas e alimentos saudáveis nas periferias urbanas, nas favelas e nas áreas centrais em ocupações dos Sem Tetos e para a população em situação de rua.

Mesmo em situação adversa, de forte perseguição e processos de criminalização, o MST se constituiu também como uma poderosa trama econômica, de geração de renda no campo da produção orgânica de alimentos, buscando formas alternativas de conexão de sua produção aos consumidores no Brasil e no exterior. As experiências mais visíveis deste processo se dão pelas cooperativas de produção de leite, de arroz, pelas feiras anuais da reforma agrária e pelos armazéns do campo.

O assentamento Egídio Brunetto é um caso, onde é possível demonstrar as interfaces deste novo modelo de vida no campo, onde o manejo da terra leva em conta o meio ambiente conectado às novas territorialidades humanas e às novas formas de vida com qualidade com respeito à natureza.

Para além do conflito imposto pela lógica da concentração fundiária para viabilizar o agronegócio, a pandemia da covid-19 ativou o mercado imobiliário com o discurso do “novo rural”, atraindo para estes territórios a elite que encontrou no modo de vida remoto a desnecessidade da proximidade casa-trabalho. Estes territórios rurais então passam a ganhar novos atores no conflito, em uma disputa muitas vezes já desigual entre o poder econômico e o camponês que defende estes espaços não como valor de troca, mas como valor de uso, onde a terra é um bem comum, que precisa ser repartida e não concentrada na mão de poucos.

Com o novo censo demográfico do IBGE que está em fase final de pesquisa, será possível evidenciar melhor como esse exodo, da cidade para o campo, foi alterado proporcional ao anos que antecederam a pandemia.

Cabe considerar o quanto lutas contra-hegemônicas, que contestam forças de dominação econômica, política, cultural e social, impactam nos processos que determinam segregações sócio-espaciais e, as formas de posse da terra por populações pobres, marginalizadas, estigmatizadas. O quanto as lutas urbanas devem identificar e se dirigir aos processos específicos e determinantes da produção do espaço urbano e distribuição da população no território, assim como nas relações entre o Estado, mercado imobiliário e fundiário, e bairros populares.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos. Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. São Paulo: Editora da Unicamp, 2012. *In*: MAGAMI, Douglas Tadashi; SOUZA, Bruno Ricardo Miragaia; LIMA, Rafael Negreiros Dantas de. Uma Fenda na Política Habitacional: o direito à assessoria em habitação de interesse social. **Revista da Defensoria Pública do Estado de São Paulo**, 2021.

CANO, Wilson. **Ensaio sobre a crise urbana do Brasil**. Unicamp, 2011.

CARVALHO, Joelson Gonçalves de Carvalho. **Brasil e São Paulo: configurações históricas e apontamentos recentes sobre a concentração fundiária e a luta pela terra**. 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização**, 2ª ed. Hucitec, 1999.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. 51 ed, Global, 2006.

GUILLERM, Alain; BOURFET, Yvon. **Autogestão: uma mudança radical**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976

HOLSTON, James. **Cidadania Insurgente**. Disjunções da Democracia e da modernidade no Brasil. Companhia das letras, 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=resultados>. Acesso em: 08 ago. 2022.

MARX, Karl. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. Tradução, Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. - São Paulo: Boitempo, 2007.

MST – Movimento Sem Terra. Mídias. **Galeria de imagem**. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/conteudo/galerias-de-imagens/>. Acesso em: 08 ago. 2022.

MST – Movimento Sem Terra. **Quem somos**. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 08 ago. 2022.

OXFAM Brasil. **Terrenos da Desigualdade: Terra, agricultura e desigualdade no Brasil rural**. 2016. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/publicacao/terrenos-da-desigualdade-terra-agricultura-e-desigualdade-no-brasil-rural/>. Acesso em: 20 nov. 2022.

ROSA, Elaine Ferreira. **Autogestão no mutirão: Novas e Velhas Questões**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo) FAU USP, 2012.